



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 2012

À Comissão de Orçamento e Contas;
À Diretoria;
Ao Conselho Seccional.

Tenho a honra de encaminhar a Proposta Orçamentária desta Seção para o exercício de 2012, para a devida apreciação e discussão, a qual foi precedida de cuidadoso estudo de todos os centros de custos da OAB-SP, bem como dos benefícios instituídos aos/às advogados/as e de seus reflexos financeiros para a Entidade.

O presente orçamento, como nos anos anteriores, foi elaborado de forma participativa, envolvendo todos os Departamentos da Seccional, Subseções e Escola Superior de Advocacia, procurando atender ao anseio particular de cada uma das áreas e, ao mesmo tempo, buscando manter o equilíbrio econômico financeiro da OAB-SP como um todo.

Neste momento, a crise internacional vem abalando grandes economias: a União Européia, 26% do PIB mundial, com elevados déficits e desequilíbrios orçamentários, apresentando crescimento zero em sua economia neste ano e, de outro lado, os Estados Unidos, 23% do PIB mundial, continuam com dificuldades em fazer a economia decolar desde a crise imobiliária de 2008. Esses dois blocos econômicos, representando 49% do PIB mundial estão e estarão buscando em 2012 soluções para suas economias que, sem dúvida, levarão reflexos negativos a outras economias.

O Brasil com participação de 3% no PIB mundial, apesar de melhor preparado do que em crises anteriores, começa a sentir os reflexos da situação externa devendo apresentar crescimento modesto próximo a 3% ante o crescimento de 7,5% em 2010 e a inflação tendendo a fechar o ano acima da meta inflacionária do Governo.



Diante desse cenário, a Diretoria da OAB-SP sensibilizada com os riscos que essa conjuntura potencialmente adversa poderá trazer à classe decidiu não reajustar as anuidades dos advogados e estagiários bem como as contribuições de Sociedades, mantendo os mesmos valores de 2011, absorvendo o custo inflacionário previsto em 7% para o próximo exercício.

O impacto dessa redução real de receita acumulado ao custo extraordinário da reclassificação de cargos e salários em acordo firmado com o Sindicato para 2012, fez com que a Diretoria revisasse em profundidade as propostas orçamentárias preparadas pelos responsáveis das diversas áreas da Organização. Essa revisão que teve como objetivo trazer os valores para o necessário equilíbrio orçamentário, reduzindo ou postergando dispêndios de operação e investimentos, foi feita com o cuidado de não prejudicar os serviços já implantados à classe.

As opções de pagamento e política de desconto foram mantidas, ou seja, a anuidade de 2012 poderá ser paga em cota única até 16/01/12 com desconto de 7%, ou dividida em 12 parcelas mensais, com a primeira vencendo em 16/01/12.

As demais taxas e emolumentos foram ajustados em 10%, com exceção da taxa de Exame de Ordem, com aplicação unificada pelo Conselho Federal para todas as Seccionais, mantida no mesmo valor de 2010 e 2011. Também o preço mínimo para o serviço de cópias reprográficas foi mantido em R\$ 0,15, como nos anos anteriores.

Na presente proposta, também foi incluída provisão de reembolso das despesas com Assistência Judiciária no montante de R\$ 17.232.296 pela Defensoria Pública, no grupo de Receitas Extraordinárias. A mesma importância foi considerada como reserva, face à incerteza dos repasses por parte da Defensoria Pública.

Para o exercício orçamentário de 2012, como dito anteriormente, as despesas para manutenção da entidade foram reajustadas, em média, em 7%, considerando-se o impacto inflacionário dos preços privados e preços administrados (combustíveis, correios,



comunicações, etc.) sobre os custos da OAB-SP. Igualmente, para a reposição salarial, prevemos um reajuste de 7% em maio de 2012 além do custo previsto para reclassificação de cargos e salários a ser aplicado em março/12, com impacto de 2,5% sobre o total da folha de pagamentos. Está previsto ainda, o acréscimo de 28 funcionários em 2012 destinados aos núcleos da Escola Superior de Advocacia (7), Tribunais de Ética (2), atendimento nas subseções (9) e adequação do quadro funcional nas áreas de suporte totalizando 2.610 funcionários em 31/12/2012.

Para a cobrança das anuidades do exercício de 2012 deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) parcelamento da anuidade em 12 vezes;
- b) incidência multa de 2% sobre o montante após os vencimentos respectivos, atualização monetária de 0,565% ao mês (estimativa de inflação), juros moratórios de 1% ao mês sendo os dois últimos expressos em reais por dia de atraso;
- c) redução de até 50%, de forma escalonada, para os/as advogados/as com até 4 anos de inscrição, a partir de 1º de janeiro de 2009;
- d) adoção de estímulo para os/as advogados/as com anuidades em atraso quitarem suas obrigações, objetivando a regularização dos atuais inadimplentes;
- e) observância da isenção definida no Provimento nº. 111/06, do Conselho Federal.

A previsão de arrecadação da Receita Líquida Total é de R\$ 166.008.100. Dessa cifra já foram deduzidas as contribuições estatutárias (Conselho Federal da OAB, Fundo Cultural, FIDA e CAASP) no valor de R\$ 56.091.853, correspondendo a 35% das Receitas de Anuidades de Advogados/as e Estagiários/as, e em conformidade com o Regulamento Geral da Advocacia e da OAB. A previsão de Despesa Líquida Total é de R\$ 138.590.679. O Resultado Líquido previsto para o exercício no total de R\$



27.417.421 foi apurado, conforme mencionado acima, após provisão do reembolso pela Defensoria Pública das despesas incorridas com a Assistência Judiciária. Essa estimativa de reembolso de R\$ 17.232.296 é mantida como Reserva Técnica anulando seu efeito de caixa. Foi também mantido o subsídio do Conselho Federal para a construção de nova sede da Seccional no montante de R\$ 4.807.873, e igualmente computado esse valor como Reserva Técnica mantendo nulo o efeito de caixa no exercício.

Vale lembrar, mais uma vez, que desde 2004 esta Seccional tem honrado rigorosamente o compromisso assumido de repassar integralmente as cotas estatutárias. Além disso, vem quitando parcialmente o mútuo firmado com a CAASP em 2003 (composto por contribuições devidas e não repassadas dos exercícios de 2002 e 2003), no montante anual de R\$ 1.560.000.

Esclareça-se também, que as anuidades atrasadas terão as seguintes condições:

- I. As Anuidades de exercícios anteriores a 2000, para pagamento ou objeto de parcelamento, terão seus valores corrigidos pela UFESP;
- II. As Anuidades, correspondentes aos exercícios a partir de 2001, para pagamento em atraso ou objeto de parcelamento, sofrerão a incidência das penalidades estabelecidas no orçamento aprovado de cada exercício competente;
- III. As anuidades em atraso quando objeto de parcelamento terão as parcelas individuais corrigidas, conforme os itens I. e II., a partir do novo vencimento, nos pagamentos em atraso, sofrerão a incidência das penalidades estabelecidas no orçamento aprovado do exercício competente a emissão do acordo;
- IV. Nos parcelamentos de débitos de anuidades que já foram objeto de acordo anterior, terão suas parcelas vencidas corrigidas conforme orçamento do exercício de sua celebração, acrescidas das parcelas vincendas.



Oportuno frisar que a contribuição destinada ao Fundo Cultural servirá para manutenção da Escola Superior de Advocacia, palestras, e outras iniciativas culturais.

Os valores das contribuições anuais e das taxas e emolumentos a serem praticados em 2012, bem como os vencimentos, estão no Anexo I.

Todas as rubricas, tanto de Receita quanto de Despesa, acham-se devidamente discriminadas no orçamento ora apresentado.

Assim, submetemos à Comissão de Orçamento e Contas, à Diretoria e, em seguida, ao Egrégio Conselho Secional, nossa Proposta de Orçamento para o exercício de 2012.

São Paulo, 18 de novembro de 2011.

José Maria Dias Neto
Diretor Tesoureiro

**Publicado no Diário Oficial do Estado em 16/12/2011 –
Poder Judiciário – Volume 5 – nº. 230 – Págs. 1/6**